

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Serviços facilitam cumprimento da Lei de Acesso à Informação

Pág. 3



Parlamentares
africanos buscam
apoio do Senado

Pág. 2

Comunicação:
rede nacional de
TV legislativa

Pág. 3

Interlegis 15
anos: sucesso na
parceria com o BID

Pág. 4



Parlamentares egípcios com o diretor executivo do Interlegis, Haroldo Tajra (6º à esq.), na sede do programa

Africanos buscam apoio do Interlegis

Parlamentares do Egito e da Etiópia visitaram o Senado em abril buscando parcerias para estruturar seus legislativos

Delegações de congressistas do Egito e da Etiópia visitaram o Senado em abril, em busca de apoio para a estruturação dos parlamentos de seus países, além de outras informações que possam ajudá-los no processo de transição democrática. Eles dedicaram especial atenção a possíveis parcerias com o Programa Interlegis.

Os parlamentares egípcios, recém-eleitos, visitaram o Senado e a Câmara dos Deputados. Com funcionários do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e empresários de seu país, os deputados queriam informações que vão da estrutura do Congresso até a organização dos gabinetes, passando pelos serviços que o Interlegis pode oferecer.

O diretor executivo do Programa, Haroldo Tajra, fez um relato da redemocratização no Brasil e da organização do Poder Legislativo brasileiro, antes de falar do trabalho do Interlegis para a modernização e a organização das

Casas legislativas. Tajra colocou à disposição dos parlamentares a experiência do Interlegis, lembrando parcerias internacionais que o Programa já mantém com países como Guiné-Bissau, Haiti e Timor Leste.

Recém-saído de uma longa ditadura, o Egito ainda está iniciando o processo para institucionalizar a democracia. O parlamentar Tarek Hassan Mossad El Dessouky disse que a transição no Egito é muito diferente da brasileiro. Segundo ele, muitas vezes os próprios deputados têm dificuldade até para entrar no prédio do parlamento.

Etiópia quer portal

Os parlamentares etíopes foram recebidos pelo 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), diretor nacional do Programa Interlegis. Durante o encontro, chegaram à conclusão de que o ponto de partida para a parceria internacional pode ser a implantação do Portal Modelo para o Legislativo da Etiópia.

O presidente do parlamento etíope, Abadula Gameda, encerrou a visita de dois dias ao Senado com a promessa de que receberá apoio do Programa Interlegis. Gameda pediu ao embaixador do seu país no Brasil que dê prosseguimento às negociações de um possível convênio.

— Estamos longe, mas a tecnologia nos aproxima; queremos trabalhar com o Brasil e queremos os parlamentos como ponte” — afirmou.

Cícero Lucena aproveitou para convidar os parlamentares etíopes a participarem da 1ª Conferência de Parlamentos sobre Mudanças Climáticas, que vai acontecer uma semana antes da Conferência Rio+20. Gameda aceitou o convite.

A delegação esteve também com a secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, abordando temas como o funcionamento do Plenário e dos gabinetes. E ficaram impressionados com as informações do diretor da Consultoria de Orçamento, Orlando de Sá.



Senador Cícero Lucena, 1º secretário do Senado (à direita da mesa), conversa com parlamentares da Etiópia

Câmara de Fortaleza formaliza parceria

Mais uma câmara de capital assina convênio com o Programa Interlegis. No dia 19 de abril, em Fortaleza, o presidente da câmara local, Acrísio Sena, e o diretor executivo do Interlegis, Haroldo Tajra, ratificaram a parceria. Com a formalização, a Câmara de Fortaleza se habilita a receber diversos produtos e serviços oferecidos gratuitamente pelo programa, aumentando a cooperação e a integração com o Interlegis.

Para Acrísio Sena, a Câmara dá um passo importante para duas questões fundamentais: a modernização com o acompanhamento dos processos e a transparência junto à sociedade. A primeira atividade conjunta será uma oficina para a atualização da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, prevista para o período de 25 a 27 de junho. A Câmara de Redenção, também no Ceará, participou da cerimônia e da assinatura do convênio.

Diagnósticos

Projeto de Modernização Legislativa realizados em abril

CE: Fortaleza e Redenção; **MG:** Ouro Preto, Mariana e São João Del Rei; **MS:** Aquidauana, Bonito, Corumbá e Jardim; **PA:** Ananideua, Belém, Capanema e Castanhal; **RJ:** Campos dos Goytacazes, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Paraty, São Francisco de Itabapoana, Vassouras e Volta Redonda; **RO:** Ariquemes, Guajará-Mirim e Porto Velho.

Programa sedia encontro sobre o sistema Plone

O Interlegis sediou um dos encontros do *World Plone Day* (WPD) 2012, em 25 de abril, com a participação de 55 especialistas. Segundo o portal *plone.org.br*, o Plone é um sistema gerenciador de conteúdo livre e de código aberto.

Realizado pela comunidade Plone no mundo todo, o WPD envolve uma série de reuniões promovidas por empresas, organizações, grupos de usuários e indivíduos. Em quatro edições anteriores, mais de 170 eventos foram realizados em 36 países ao redor do mundo.

Desenvolvedores, escritores e pessoas de vários países contribuem todos os dias com o desenvolvimento do Plone. O sistema é muito usado para a gestão de conteúdos na internet. Permite fácil criação, publicação e interatividade no fluxo de informações.

O analista de sistemas Jean Ferri, do Interlegis, disse que o programa participa desse esforço mundial desde 1999 e usa o aplicativo nos principais produtos que oferece às Casas Legislativas: o Portal Modelo e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).



André Nogueira, diretor da Plone Foundation, no evento do Interlegis

Natal recebe Conferência Nacional da Unale neste mês

De 29 de maio a 1º de junho, o Interlegis participa da 16ª Conferência Nacional da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em Natal.

Além de compor mesas temáticas, o programa manterá um estande para divulgação dos seus serviços. Também promoverá, no dia 30, reunião com representantes de assembleias e câmaras de capitais.

Dentro da conferência da Unale, haverá também o 4º Encontro Nacional dos Diretores-Gerais de Casas Legislativas, que tem o Interlegis como titular da Secretaria Executiva.

Outro evento importante para a comunidade legislativa é a primeira reunião de secretários de Mesa ou função assemelhada, com representantes das assembleias legislativas e câmaras de capitais.

Outras entidades com eventos simultâneos à conferência:

- ▶ **ABCLE** Associação Brasileira de Cerimonialistas dos Legislativos Estaduais
- ▶ **Abel** Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas
- ▶ **Anpal** Associação Nacional de Procuradores de Assembleias Legislativas
- ▶ **Aspam** Associação do Parlamento Amazônico
- ▶ **Astral** Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas
- ▶ **Faec** Federação das Associações Emancipalistas do Ceará
- ▶ **Fenale** Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos, Federal, Estaduais e do Distrito Federal
- ▶ **Fordg** Fórum dos Diretores Gerais das Casas Legislativas
- ▶ **Parlasul** Parlamento do Mercosul
- ▶ **Unataq** União Nacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária
- ▶ **Unipol** União Nacional das Polícias Legislativas
- ▶ **UPM** União de Parlamentares do Mercosul

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo - Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis:
Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis
Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Letícia Borges
Apoio técnico e revisão: *Jornal do Senado*
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Letícia Pires e Wellida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Maurício Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília

Via N2, Anexo E - 2º andar - Senado Federal - CEP 70165-900 - Tel.: (61) 3303-1049

Ferramentas para informação livre

Interlegis tem produtos e serviços que facilitam o cumprimento da nova Lei de Acesso à Informação

Câmaras municipais e algumas assembleias conveniadas ao Interlegis já usam produtos e serviços que as ajudam a fornecer ao cidadão informações sobre a atividade político-parlamentar, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (12.527/11), que entrou em vigor na quarta-feira, dia 16.

Entre os serviços do Interlegis que permitem o acesso à informação, destacam-se o Portal Modelo e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).

O Portal Modelo está disponível para 273 casas legislativas. A vantagem é que elas não precisam desenvolver por si só, nem contratar serviços externos para ter o seu site, trazendo economia de tempo e dinheiro. O Interlegis fornece gratuitamente não só os programas, mas também o suporte técnico e a hospedagem.

As casas também podem contar com o SAPL, criado e

desenvolvido pelo Interlegis. O sistema organiza e disponibiliza, *on-line*, todo o processo de tramitação de projetos de lei e as demais atividades político-parlamentares. Atualmente, 201 câmaras e assembleias dispõem desse serviço.

A lei de Acesso à Informação é uma extensão do princípio constitucional da publicidade, que está no Artigo 37 da Constituição Federal. A partir dela, o gestor fica obrigado a dar visibilidade, por todos os meios possíveis, a todas as ações, inclusive receitas e despesas.

Assim, o cidadão passa a ter o direito de se informar em tempo real sobre gastos de órgãos da administração direta federal, empresas públicas, sociedades mistas e demais entidades sob o controle dos três poderes, incluindo estados e municípios.

O Senado possui, desde 2009, um portal da transparência que revela informações sobre a

O que diz a Lei nº 12.527/11

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 2º Para cumprimento do disposto no *caput*, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

gestão administrativa e execução orçamentária. Em 15 de maio, foi lançado um novo instrumento: o e-Cidadania. Na Câmara dos Deputados, o principal meio de divulgação é o portal da Casa na internet. As duas instituições estudam ações conjuntas.

A maioria das assembleias ainda não dispõe de portais da transparência. As exceções são Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará. Nelas, os cidadãos podem encontrar até os valores e períodos em que cada parlamentar recebe seus salários.

Rede Legislativa de Televisão ganha fôlego

Com a autorização do Ministério das Comunicações, em março, para a TV Câmara (Câmara dos Deputados) operar 59 novos canais digitais, a Rede Legislativa de Televisão fica mais próxima de ser concretizada. Assim, a emissora, a TV Senado, TVs das assembleias estaduais e TVs das câmaras de vereadores poderão transmitir em sinal digital aberto e gratuito. Dezenas de capitais e em cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais serão beneficiadas num primeiro momento.

Na Câmara dos Deputados, a Rede Legislativa de Televisão

Digital foi concebida a partir de reuniões da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas e viabilizada para operar a multiprogramação. Esse recurso permite quatro programações independentes num mesmo canal digital.

O tema também foi destaque no seminário internacional "Regulação da Comunicação Pública", promovido em 30 de março pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular e pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.

Número de deputados pode mudar

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convocou audiência pública para ouvir pessoas e entidades sobre eventual redistribuição do número de vagas de deputados federais, estaduais e distritais do país. A audiência está marcada para os dias 28 e 29 de maio de 2012, das 14h às 18h, no TSE, em Brasília.

A decisão foi tomada na sessão administrativa do tribunal, em 22 de março, quando era analisado um pedido da Assembleia do Amazonas para a redefinição. A ministra Nancy Andrighi é a relatora do processo.

Cabe à Justiça Eleitoral redefinir o número de deputados de acordo com a proporção de cada uma das populações nos estados, a partir dos dados do IBGE. Outras informações e inscrições no portal www.tse.jus.br, em "audiência pública".



Fernando Duarte / Câmara de Itapoá

Soares pesquisou o serviço na Câmara de Itapoá, onde trabalha

Estudo recomenda uso do sistema

Um estudo da Universidade Federal do Paraná concluiu que a instalação do SAPL proporciona maior transparência ao processo legislativo para o cidadão. Francisco Xavier Soares Filho pesquisou o processo de tomada de decisão pela implantação do sistema pela Câmara de Itapoá, em Santa Catarina, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Na sua monografia, Soares Filho, que é servidor da Câmara de Itapoá na área de informática, apresenta um diagnóstico da situação da Casa em relação à organização do processo legislativo. Ele constatou "dificuldade na obtenção de informações confiáveis e organizadas dos documentos produzidos pela Câmara de Itapoá na internet". Confirmou, também, "a falta de interesse e participação da população local nas discussões políticas municipais", além de outros problemas.

No final, baseado nos dados levantados, nos estudos anteriores e nos resultados obtidos por outras casas legislativas, o pesquisador recomenda a adoção do SAPL, mesmo em cidades de pequeno porte. Não só pela funcionalidade na apresentação das informações, mas também por ser de fácil instalação e gerenciamento, e gratuito para as câmaras e assembleias conveniadas ao Interlegis.

Porta-Retrato



Em foto de Pillar Pedreira (Interlegis), detalhe do Plenário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, Paraná.

Curtas

- ▶ **Betim, MG** (de 25 a 27 de abril) — Em parceria com a Escola do Legislativo local, o Curso de Cerimonial no Ambiente Legislativo reuniu 50 vereadores e servidores de 12 câmaras da região, inclusive da capital, Belo Horizonte.
- ▶ **Brasília, DF** (19 de abril) — O presidente da Câmara de Caicó, Rio Grande do Norte,

Dilson Fontes, assinou o projeto executivo para efetivar ações na área de comunicação. Entre os dias 24 e 26, o Interlegis participou do 5º Congresso Brasileiro de Câmaras Municipais, com vereadores de todo o país, no auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. Nos dias 25 e 26, houve Oficina de Regimento

- Interno e Lei Orgânica para a Câmara de Cataguases, MG.
- ▶ **Fortaleza, CE** (de 11 a 13 de abril) — Curso de Cerimonial no Ambiente Legislativo. Dia 19, assinatura de convênio com a Câmara Municipal.
- ▶ **Montes Claros, MG** (de 18 a 20 de abril) — Curso de Cerimonial no Ambiente Legislativo.
- ▶ **Porto Alegre, RS** (de 7 a 9 de

maio) — Encontro de Comunicação Integrada, com 14 câmaras gaúchas, e definição de projetos executivos para cinco casas conveniadas: Porto Alegre, Barra do Ribeiro, Pontão, Santa Maria e Ibirubá

- ▶ **São Luís, MA** (11 e 12 de abril) — Treze servidores das câmaras de Pinheiro, Barra do Corda, Santa Inês, Bacabal, Barreirinhas, São José de Ribamar, Itapecuru-Mirim, Balsas e da Assembleia do Maranhão (Alma) participaram do curso de redação oficial, com a instrutora Maria Inez Silva Queirós, servidora da Alma.

Filiação partidária cresce no Brasil

Número de pessoas filiadas a partidos políticos aumenta quase 240 mil em seis meses, segundo levantamento do TSE

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que o número de eleitores filiados a partidos políticos no Brasil passou de 14.847.410, em outubro de 2011, para 15.087.014, em abril de 2012. Os 29 partidos políticos registrados conseguiram 239.604 novas adesões em seis meses.

As relações atualizadas de filiados enviadas à Justiça Eleitoral pelos partidos até 16 de abril já estão disponíveis no Portal do TSE (www.tse.jus.br). O Artigo 19 da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95) determina que as legendas devem enviar à Justiça Eleitoral as relações atualizadas de seus filiados duas vezes ao ano. Segundo o levantamento, São

Paulo é o estado com o maior número de filiados: 2.925.631 adesões. Em segundo lugar aparece Minas Gerais, com 1.609.420, Rio Grande do Sul, com 1.296.935, e Rio de Janeiro, com 1.080.606.

Roraima, com 42.030, Acre, com 59.037, e Amapá, com 74.758, são os estados com os menores números absolutos de pessoas filiadas a partidos políticos. No exterior, 1.241 brasileiros são filiados a legendas no Brasil.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tem o maior número de filiados (2.355.472). Em seguida, vem o Partido dos Trabalhadores (PT), com 1.549.180, e o Partido Progressista (PP), com 1.416.116 filiados.

O Partido Social Democrático (PSD) informou ter 173.855 filiados, e o Partido Pátria Livre (PPL) contabiliza 13.921. Esses dois últimos partidos conseguiram registro no TSE em 2011.

Menores

PR	763.919
PSB	577.036
PPS	467.230
PSC	364.600
PC DO B	337.185
PV	335.836
PRB	287.179
PMN	216.190
PRP	214.354
PSL	198.838
PSD	173.855
PTC	172.841
PSDC	165.590
PT DO B	159.303
PHS	141.467
PTN	125.945
PRTB	113.662
PSOL	66.059
PCB	15.945
PPL	13.921
PSTU	13.295
PCO	2.749

Maiores

PMDB	2.355.472
PT	1.549.180
PP	1.416.116
PSDB	1.354.479
PDT	1.208.095
PTB	1.180.954
DEM	1.095.099

Fonte: TSE

Consultores ajudam a fazer regimentos de câmaras

Por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Interlegis contratou 11 especialistas para incrementar a elaboração e a revisão de leis orgânicas e regimentos internos de câmaras municipais.

São profissionais experientes, que atenderam aos requisitos do Edital 10, de janeiro.

Levantamentos mostram que 30% das câmaras têm alguma deficiência em relação às ferramentas jurídicas que dão suporte às suas atividades — daí decorre a necessidade de se buscar no mercado pessoas capacitadas que auxiliem no atendimento às casas que procuram o programa.

O diretor de Formação e Atendimento à Comunidade

do Legislativo, Francisco Etelvino Biondo, ressaltou que já foram realizadas 13 oficinas que atenderam a mais de cem casas.

As câmaras de Teresina e Taubaté (SP) já publicaram suas novas leis orgânicas e regimentos internos, a partir da consultoria oferecida pelo Interlegis.

— O objetivo agora é que, com a contratação dos novos consultores, mais 110 câmaras tenham seus marcos jurídicos atualizados em breve — afirmou ele.

Serão executadas atividades de formulação e validação de procedimentos e instrumentos de orientação e avaliação de leis orgânicas e regimentos internos.



Novos consultores participam de videoconferência na sede do Interlegis

Em tramitação

A partir desta edição, você vai saber das principais propostas em tramitação no Congresso Nacional, que podem afetar diretamente a vida do seu município.

Para mais informações, acesse o site da Câmara (www.camara.gov.br) e preencha a caixa "Proposições".

Ou, se o projeto estiver no Senado, preencha o formulário em www.senado.gov.br/atividade/materia/.

Para acompanhar a movimentação por e-mail, cadastre-se em www2.camara.gov.br/transparencia/sispush e www.senado.gov.br/atividade/materia/push/.

PROPOSTA	EMENTA	ONDE SE ENCONTRA
PEC 468/10	Permite às câmaras o direito de apresentar proposta de emenda constitucional	Câmara dos Deputados
PEC 469/10	Atribui às câmaras a legitimação de propor ação direta de inconstitucionalidade no STF	Câmara dos Deputados
PEC 509/10	Aumenta para 8% o limite percentual de despesas das câmaras municipais	Câmara dos Deputados
PEC 514/10	Trata das disposições relativas ao limite de gastos das câmaras	Câmara dos Deputados

Programa Jovem Senador: inscrições abertas

As escolas de ensino médio das redes públicas em todo o país recebem, desde 2 de abril, o material de divulgação do programa *Jovem Senador: 5º Concurso de Redação*. O Senado enviou 18.656 correspondências.

Os kits são compostos por regulamento, ficha de inscrição, folha de redação definitiva, folheto de divulgação, cartaz, compilação das redações finalistas de 2011 e carta do presidente do Senado. As escolas que não receberem poderão baixar o material na página do concurso: www.senado.gov.br/jovemsenador.

Os estudantes já podem se inscrever, desde que estejam matriculados no ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal. É preciso ter no máximo 19 anos e escrever uma redação com o tema *Meu município, meu Brasil*. Os finalistas irão a Brasília e receberão outros prêmios.

No ano passado, cada um dos 27 classificados recebeu um notebook com internet, certificado e medalha, além de participação em eventos e visitas a pontos turísticos de Brasília.



Depoimentos 15 Anos Interlegis

Modelo para parlamentos de outros países

Neste número, republicamos o depoimento dado em 2007 por José Antonio Navia, ex-especialista setorial do Banco Mundial (BID). Navia foi um dos responsáveis pela parceria que deu fôlego ao Interlegis, em 1999.

“A experiência pioneira desta parceria entre o Senado e o BID superou as iniciativas, ultrapassando muitas metas previstas inicialmente. Além disso, permitiu que legisladores da maioria dos países da

América Latina visitassem o Interlegis com o propósito de observar seu funcionamento e seu aprendizado, a fim de tentar reproduzir essas experiências nas diferentes casas legislativas para implementá-las.

A próxima fase do Interlegis deve representar a consolidação dos modelos e dos produtos gerados na primeira fase de implantação, tornando-os disponíveis para aplicação em todo o Poder Legislativo brasileiro.

Outro aspecto importante é desenvolver mecanismos de cooperação técnica internacional com parlamentos de outros países, em especial do Mercosul e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.”